
Endividamento público: um estudo sobre as dívidas públicas dos municípios da microrregião de Varginha dos anos de 2015 e 2016

Cassio Aparecido Borges Fernandes¹

 <https://orcid.org/0000-0002-4143-9437>

Cláudio Roberto Caríssimo²

 <https://orcid.org/0000-0002-1586-7147>

Recebido em: 04/12/2021

Aprovado em: 22/01/2022

Resumo

Esse artigo tem por objetivo analisar a dívida pública e seus componentes, identificando os parâmetros de controle do endividamento público. A população estudada são os municípios da microrregião de Varginha. O endividamento público é tema de relevância nacional, visto que as consequências de um endividamento mal planejado podem afetar a estabilidade econômica tanto na esfera federal, estadual e municipal. A sustentação teórica que embasou esta pesquisa está pautada nas teorias da Dívida Pública, Endividamento Público e Condição Financeira. Desse modo, permitindo levantar a hipótese de que quanto melhor for a condição financeira, melhores serão os índices dos indicadores escolhidos. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, utilizando-se de análise documental. Foi analisado o comportamento da dívida nos anos de 2015 e 2016, por meio de indicadores financeiros que medem a capacidade e o grau de endividamento. Os resultados evidenciaram que apesar de existir uma dívida pública nos municípios da amostra, os resultados mostraram que os municípios apresentam indicadores inferiores aos limites de endividamento definidos pelo Senado Federal ficando abaixo do limite de 1,2 (DCL/RCL). Essas evidências sugerem que o cumprimento destes limites, corrobora para uma maior flexibilidade em suas políticas de caixa para realizar ajustes de gastos durante alguma eventual crise financeira.

Palavras-chave: Dívida pública; Endividamento público; Indicadores da dívida.

JEL Classificação: G18; G21; Q56.

¹ Graduação em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. E-mail: cassioborgesf@gmail.com

² Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras. Professor da Universidade Federal de Alfenas. E-mail : claudio.carissimo@unifal-mg.edu.br

Public indebtedness: a study on the public debts of municipalities in the Varginha microregion in the years 2015 and 2016

Abstract

This article analyzes the public debt and its components, identifying the parameters for controlling public debt. The studied population are the municipalities of the Varginha microregion. Public debt is a theme of national relevance, since the consequences of a poorly planned debt can affect economic stability at the federal, state and municipal levels. The theoretical underpinning of this research is based on the theories of Public Debt, Public Indebtedness, and Financial Condition. Thus, allowing us to hypothesize that the better the financial condition, the better the indices of the chosen indicators will be. This is a descriptive research with a quantitative approach. The behavior of the debt in the years 2015 and 2016 was analyzed by means of financial indicators that measure the capacity and degree of indebtedness. The results evidenced that despite the existence of public debt in the municipalities of the sample, the results showed that the municipalities present indicators below the debt limits defined by the Federal Senate staying below the limit of 1.2 (DCL/RCL). This evidence suggests that compliance with these limits, corroborates a greater flexibility in their cash policies to make spending adjustments during any eventual financial crisis.

Keywords: public debt, public indebtedness, debt indicators.

JEL Code: G18; G21; Q56.

Introdução

A disponibilização das informações contábeis tem crescido substancialmente no setor público, principalmente, em virtude dos avanços dos meios de comunicação, conforme é explanado por Silva (2015). A Contabilidade vem sendo uma ferramenta eficiente para os gestores públicos, contribuindo no processo de registro, mensuração, avaliação e controle do patrimônio público. Para Bezerra Filho (2015), o objetivo da Contabilidade Pública é o de fornecer informações aos usuários sobre resultados alcançados e os aspectos de natureza econômica, financeira e orçamentária do patrimônio público, auxiliando no processo decisório dos gestores, na adequada prestação de contas e dar suporte ao controle social.

Os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta que compõem o governo têm por objetivo básico satisfazer as necessidades sociais e econômicas da população, fornecendo bens e serviços públicos a um nível satisfatório de qualidade nas diversas funções de governo: saúde, saneamento, lazer, educação, assistência social, segurança, dentre outras (LIMA; DINIZ, 2016).

A dívida pública surge a partir dos déficits orçamentários e para financiar investimentos. Assim Vasconcellos (2008) define a dívida pública como um indicador que compara o endividamento público com a capacidade de pagamento pelo governo. A dívida pública é composta pelo somatório da dívida consolidada, mobiliária,

operações de crédito, concessões de garantias e antecipações de receitas orçamentárias (LIMA e DINIZ, 2016).

Segundo Musgrave (1973), nas bases para a teoria das finanças públicas, o endividamento público tem funções como, por exemplo, o equilíbrio entre as gerações no financiamento do gasto e dos investimentos públicos. Esse equilíbrio está diretamente ligado à divisão do financiamento dos bens públicos, como hospitais, escolas infraestrutura, dentre outros, pela população ao longo dos anos.

A Lei Responsabilidade Fiscal (LRF, Lei Complementar 101/2000) trouxe novas diretrizes para a fiscalização e controle, tanto dos recursos arrecadados, como também do limite do endividamento público. Segundo Lima e Diniz (2016), desenvolver a responsabilidade fiscal na vasta e abrangente área de atuação governamental, possibilita um bom direcionamento para o Poder Executivo conduzir suas ações anteriormente planejadas.

Neste contexto, gerir o nível da dívida pública, assim como estudar os seus indicadores, pode contribuir para fins de estudos acadêmicos, como também auxiliar algum cidadão a entender um pouco como funciona o endividamento público. Além disso, ampliar essas ações para o universo dos municípios pode trazer novas percepções e discussões. Há estudos que ressaltam que as competências e responsabilidades dos municípios tem ganho muito atenção, assim também a análise de seus níveis de endividamento (KLERING; KRUEL; STRANZ, 2012; DA ROSA et al., 2020). Desse contexto surge a seguinte questão de pesquisa: Quais evidências podem ser obtidas ao analisar a dívida dos municípios da microrregião de Varginha/MG? A escolha da microrregião de Varginha decorreu de sua importância econômica no estado de Minas Gerais, como também a possibilidade de apresentar análise de municípios de micro e pequeno porte.

Para responder à questão proposta, foram utilizados os seguintes indicadores: Dívida per capita, Peso relativo da dívida, Grau de endividamento, Destinação da dívida, Representatividade do serviço da dívida, Cobertura do serviço da dívida, Limite global de endividamento, Limite da dívida flutuante, Margem Legal de endividamento. Tais indicadores foram construídos com base em estoques financeiros e fluxos financeiros, de acordo com as orientações e procedimentos apresentados por Lima e Diniz (2016).

A importância da pesquisa está na evidência das dívidas públicas e o comprometimento dos gastos que os municípios têm com as amortizações, juros e encargos financeiros, colaborando ao trazer pesquisas nesse tipo de amostra que privilegia o porte dos municípios, como também a região em que estão localizados.

Teoria da dívida pública

Segundo Lima e Diniz (2016), o governo tem por objetivo básico atender às necessidades sociais e econômicas da população, fornecendo bens e serviços públicos a um nível satisfatório. No entanto, um problema que tem impactado diretamente o equilíbrio das finanças públicas é o crescimento das despesas. Segundo Musgrave (1973), o crescimento das despesas públicas é resultado de combinações do crescimento da renda per capita, aumento da demanda por bens e serviços públicos, mudanças tecnológicas, mudanças populacionais e custos relevantes dos serviços públicos sensíveis à inflação.

Segundo Barro (1979), fundamentalmente, existem duas fontes de financiamento para os bens e serviços oferecidos pelo poder público, sendo estas a receita tributária e o endividamento. Deste modo, quando não é possível executar despesas por meio de recursos tributários, apresentasse um aumento na composição de dívidas.

Para Macedo e Corbari (2009) o endividamento público é resultado de despesas superiores às receitas do ente público, e se torna possível por meio da concessão de empréstimos de terceiros para o ente federativo. Essa concessão pode ocorrer de forma espontânea quando da obtenção de empréstimos diretamente nas instituições bancárias oficiais ou no mercado financeiro, onde são acordados juros e encargos financeiros, visando financiar o déficit público; ou de forma involuntária pela não execução dos prazos com fornecedores ou funcionários públicos.

Ainda, conforme Lima (2011), os motivos para constituição de dívida pública decorrem das funções estabelecidas para cada nível de governo. Enquanto o governo central se endivida com intuito contribuir para a estabilização da economia, considerando os níveis de emprego e renda, os governos locais contraem dívidas para oferecer bens e serviços, considerando as necessidades dos seus habitantes (OATES, 1999).

Para evitar um endividamento excessivo, há alguns mecanismos de controle, como por exemplo, a chamada “Regra de Ouro”. Essa regra determina que os gestores necessitam atender a regra do orçamento corrente equilibrado em busca do financiamento por empréstimos somente em orçamento de capital. Tal atenção, gera um entrelaçamento dos gastos de capital com o endividamento e os gastos correntes com a tributação, definindo assim que a dívida deve ser destinada somente para investimentos (LIMA; DINIZ, 2016).

Análise do endividamento com base na condição financeira governamental

As pesquisas sobre condição financeira governamental, a nível nacional, ainda são pouco realizadas, apesar do crescente aumento de trabalhos em congressos e artigos publicados. Isso a nível nacional. A nível internacional, podemos citar trabalhos com modelos empíricos para mensurar a condição financeira (HENDRICK, 2004).

A análise da condição financeira é importante para evidenciar um panorama dos recursos de determinado ente governamental e verificar sua capacidade para cobrir as despesas, proporcionando o adequado andamento das atividades da gestão. Com essa análise os governantes podem observar qual a melhor forma de gerir adequadamente os recursos financeiros. São sete os componentes da condição financeira: recursos e necessidades da comunidade, receitas, gastos, endividamento, solvência de caixa, solvência orçamentária e gastos previdenciários (LIMA; DINIZ, 2016).

A boa condição financeira de um governo é o que assegura a continuidade da prestação de bens e serviços públicos essenciais e precisos aos cidadãos (LIMA; DINIZ, 2016). Desse modo, os municípios precisam administrar os recursos disponíveis, mantendo uma boa condição financeira, provendo assim as necessidades da população de bens e serviços, conseqüentemente, buscando assim uma melhor qualidade de vida para população.

Segundo Lima e Diniz (2016), a análise da condição financeira vai além da observância apenas dos recursos econômicos e estrutura financeira. Também se exige verificar aspectos extra contábeis, como por exemplo, situação social e

econômica de uma localidade, demografia, taxa de analfabetismo, violência, aspectos climáticos e renda per capita.

A condição financeira é influenciada por fatores internos e externos (responsabilidade fiscal, atividade econômica, estrutura governamental, política e administrativa) às entidades públicas capazes de prever e explicar o nível de condição financeira dos governos municipais (HENDRICK, 2004). Um desses fatores foi a criação da LRF no ano de 2000, onde estabeleceu regras fiscais.

Segundo Lima e Diniz (2016) o propósito da análise do endividamento consiste em determinar o impacto da dívida sobre a condição financeira do governo e a extensão na qual novas dívidas podem ser contraídas, revelando a composição, o nível, a carga, a capacidade, a variação, o limite e a margem da dívida. Desse modo, a análise da condição financeira sobre o endividamento, permite entender a capacidade de endividamento, quanto ele pode suportar, quanto sua capacidade está sendo utilizada e qual a margem da dívida.

Nesse contexto, para medir a capacidade de endividamento de um governo, é indispensável levar em consideração alguns conceitos econômicos, como a riqueza dos indivíduos e a população.

Indicadores de análise da dívida

Para analisar o endividamento dos entes públicos, foram utilizados indicadores com base em estoques financeiros e com base em fluxos financeiros. Segundo Lima e Diniz (2016) indicadores com base em estoques financeiros, também denominados como indicadores da capacidade de endividamento da dívida, visam demonstrar o nível da dívida com base em algum atributo que represente a capacidade de pagamento do governo tais como: a população, a renda pessoal total, o valor das propriedades tributáveis, a receita corrente, o PIB, e a capacidade fiscal.

Os indicadores de fluxo financeiros mostram o efeito que a dívida provoca nos recursos orçamentários disponíveis, relacionando o serviço da dívida como percentual dos gastos correntes, o serviço da dívida em relação ao fundo geral de receitas e comparação da dívida com o limite legal de endividamento (LIMA e DINIZ, 2016). Desse modo, busca avaliar o efeito que a dívida provoca nos recursos orçamentários disponíveis.

Para esse estudo, os indicadores utilizados foram com base em estoque financeiro e fluxos financeiros, suas definições estão apresentadas no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Indicadores e suas definições.

Indicador	Definições
Dívida per capita	Esse indicador mede o tamanho dívida relativamente ao tamanho do governo, expressando a dívida que corresponde a cada um dos cidadãos. Traz a ideia de que a capacidade do governo para gerar receita e pagar dívida está relacionada com o tamanho da população, representando o montante de impostos que cada um dos cidadãos terá que pagar no futuro para liquidar a dívida contraída
Serviço da dívida per capita	Mostra o quanto de juros somados as parcelas de amortização da dívida correspondem a cada cidadão, é realizado no mesmo sentido da dívida per capita
Peso relativo da dívida	Demonstra a relação dívida/PIB, é o indicador mais usado para medir a carga da dívida. Em situação que a dívida se torne elevada e crescente com relação ao PIB, configura-se que o governo terá dificuldades em liquidar a dívida no futuro ou até refinanciá-la.
Cobertura da dívida	Esse indicador mostra a dívida consolidada do governo e do resultado primário, expressando em número de anos deve transcorrer para que a entidade pague todo o estoque da dívida.
Grau de endividamento	O grau de endividamento mostra o comprometimento da arrecadação operacional do governo para com o pagamento da dívida relacionando o saldo da dívida pendente (dívida consolidada) com a receita corrente líquida do exercício.
Representatividade do serviço da dívida	Também denominada de representatividade de carga financeira, revela a participação dos juros e amortização da dívida em relação ao volume total de gastos do governo. Uma relação alta desse indicador sinaliza restrições de recursos para manter as ações operacionais do governo e aumentar o nível de investimentos.
Cobertura do serviço da dívida	É a relação da carga financeira da entidade. Dessa forma, quanto maior a proporção do serviço da dívida na receita total da entidade, menores serão os recursos financeiros disponíveis para financiar os serviços públicos.
Limite Global Endividamento (LGE)	Não poderá exceder a: (I) no caso dos Estados e Distrito Federal: 2(duas) vezes a Receita Corrente Líquida e (II) no caso de Municípios: a 1,2(um inteiro e dois décimos) vezes a RCL.
Limite Anual Endividamento. (LAE)	Esse limite é destinado às novas operações de crédito realizados no exercício, esse limite não pode exceder 16% da corrente líquida.
Limite Anual Serviço Dívida (LASD)	Destaque-se os limites de endividamento fixados por meio de regras predeterminadas são aplicáveis apenas à dívida pública consolidada ou fundada.
Margem Serviço da Dívida (MGSD)	Representa o quanto em termos absolutos a entidade pode pagar de juros e amortização da dívida para respeitar o limite instituído.
Margem Legal do Endividamento. (MLE %)	A margem legal de endividamento representa quanto de endividamento a entidade legalmente ainda pode contrair.

Fonte: Lima e Diniz (2016) adaptada (2018).

Os principais indicadores que serão empregados para medir a carga da dívida na presente pesquisa, com suas referentes fórmulas são: Dívida per capita (Dívida consolidada / População), Peso relativo da dívida (Dívida Consolidada / PIB), Grau de endividamento (Dívida Consolidada / Receita corrente líquida), Destinação da dívida

(Investimento no Exercício / Dívida do exercício), Representatividade do serviço da dívida (Amortização + juros da dívida / Despesas totais), Cobertura do serviço da dívida (Amortização + juros da dívida/ Receitas corrente líquida, Resultado primário /Amortização + juros da dívida), Limite global de endividamento (RCL X 1,2(para municípios)), Limite da dívida fluante (Disponibilidade – restos a pagar), Margem Legal de endividamento (MLE= LGE – DCL).

Metodologia

A presente pesquisa classifica-se quanto aos objetivos como descritiva, pois visa analisar o comportamento do endividamento nos municípios da microrregião de Varginha. Quanto a sua natureza é quantitativa, tendo em vista o uso de ferramentas estatísticas para a análise da problemática. De acordo com Gil (2002, p. 42), este tipo de pesquisa tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

A pesquisa quantitativa, para Michel (2005, p. 33) se realiza na busca de resultados precisos, exatos, comprovados através de medidas de variáveis preestabelecidas, na qual se procura verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, através da análise da frequência de incidências e correlações estatísticas.

Segundo Triviños (1987, p. 110), expõe que os estudos descritivos não ficam simplesmente na coleta, ordenação, classificação dos dados, eles podem estabelecer relações entre variáveis. Neste tipo de estudo o pesquisador necessita conhecer o assunto para assim, analisar os resultados sem a interferência pessoal.

Para a coleta dos dados utilizou-se como fonte a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Instituto Brasileiro Geográfico Estatísticos (IBGE). Foram elaboradas tabelas com o intuito de analisar o comportamento do endividamento público dos anos 2015 e 2016. O tratamento dos dados foi realizado através de análise documental e com base nas demonstrações contábeis e orçamentárias oficiais dos municípios.

O objeto principal da pesquisa é analisar o endividamento público, tendo como sujeitos da investigação as cidades da microrregião de Varginha. A escolha pela microrregião de Varginha decorreu de sua importância econômica no estado de Minas Gerais, como também a possibilidade de apresentar análise de municípios de micro e pequeno porte. A microrregião de Varginha é composta por 16 municípios: Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Elói Mendes, Guapé, Ilcínea, Monsenhor Paulo, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Tomé das Letras, Três Corações, Três Pontas e Varginha. Apresenta uma população de 473.195 habitantes (CIDADE BRASIL, 2022). O principal município é Varginha, tendo 137.608 habitantes estimados para 2021, um PIB per capita de R\$ 46.457,40, ocupando a 18ª posição no PIB dos municípios de Minas Gerais, estimados para o ano de 2019 (IBGE, 2022).

Ressalta-se que ainda há uma certa carência de trabalhos desse seguimento voltados para essa região, como também a possibilidade de aprimorar e contribuir com estudos voltados a pequenos municípios.

Análises de resultados

Depois de concluído os estudos teóricos e definida a metodológica do presente trabalho, neste capítulo buscou-se apresentar a análise dos dados coletados e devidamente calculados com base nos indicadores já expostos e com suas respectivas fórmulas, sendo apresentados em tabelas, para assim chegar aos resultados e a conclusão desta pesquisa.

Na tabela 1, foram inclusos os indicadores que serão analisados na pesquisa. Após a coleta dos valores, foram aplicadas as respectivas formulas já citadas na pesquisa, com isso, os valores na tabela são os valores para analisar os indicadores estudados, mostrando assim qual o índice de cada município em cada indicador escolhido.

A primeira tabela refere-se à análise dos anos de 2015 e 2016. Essa análise das dívidas é feita por meio de indicadores de estoques financeiros e por meio de indicadores de fluxos financeiro.

Tabela 1 – Indicadores da dívida com sabe em estoques e fluxos financeiros dos anos de 2015 e 2016.

Indicadores de análise da dívida referente a 2015													
Indicadores	Boa esperança	Campanha	Campo do Meio	Campos Gerais	Carmo da Cachoeira	Coqueiral	Guapé	Monsenhor Paulo	São B. Abade	São T. das Letras	Três Corações	Três Pontas	Varginha
Dívida per capta	523,4	186,85	83,45	252	95,84	427,88	203,19	46,84	138,75	177,94	464,75	341,44	912,82
Serviço dívida per capta	87,1	71,85	21,51	4,05	44,74	50,34	79,08	0,88	28,18	78,58	82,07	52,74	68,17
Peso relativo dívida	0,03	0,01	0,007	0,02	0,01	0,03	0,01	0	0,01	0,02	0,02	0,02	0,03
Cobertura dívida	35,52	0,83	0,469	86,41	1,15	3,31	1,84	0,14	0,35	2,68	2,64	4,27	14,69
Grau endividamento	0,3	0,1	0,045	0,18	0,05	0,27	0,17	0,23	0,06	0,1	0,273	0,18	0,42
Representatividade serviço dívida	0,044	0,041	0,011	0,002	0,023	0,029	0,036	0,003	0,011	0,029	0,044	0,027	0,031
(MLE%)	0,74	0,99	0,96	0,91	1,04	0,94	0,95	1	1,12	1,02	0,81	0,91	0,67
Cobert. Dívida (RCL)	0,051	0,039	0,011	0,002	0,023	0,031	0,038	0,0004	0,012	0,045	0,048	0,028	0,031

Indicadores de análise da dívida referente a 2016													
Indicadores	Boa Esperança	Campanha	Campo do Meio	Campos Gerais	Carmo da Cachoeira	Coqueiral	Guapé	Monsenhor Paulo	São Bento Abade	São T. d Letras	Três Corações	Três Pontas	Varginha
Dívida per capta	566,08	134,19	84,02	301,84	72,02	413,73	123,59	47,77	108,01	184,42	433,21	366,8	858,46
Serviço dívida per capta	107,34	76,23	16,40	4,03	32,95	52,18	62,97	8,64	12,58	78,75	69,16	51,38	74,85
Peso relativo dívida	0,032	0,01	0,01	0,03	0,01	0,03	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02
Cobertura serviço dívida	4,63	0,60	0,23	72,24	0,65	0,84	1,14	0,16	1,66	3,83	2,53	4,34	4,54
Grau endividamento	0,28	0,07	0,04	0,19	0,03	0,24	0,06	0,02	0,04	0,09	0,25	0,18	0,37
Representatividade serviço dívida	0,048	0,035	0,008	0,002	0,015	0,03	0,026	0,003	0,004	0,038	0,036	0,024	0,033
(MLE%)	0,76	0,99	0,99	0,86	1,06	0,94	0,95	0,98	1,12	0,92	0,86	0,93	0,72
Cobert. Dívida (RCL)	0,054	0,037	0,008	0,002	0,015	0,03	0,03	0,004	0,005	0,038	0,04	0,025	0,032

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da FINBRA (2018).

A Tabela 2 a seguir mostra o limite global de endividamento (LGE), limite anual de endividamento (LAE) e limite anual do serviço da dívida (LASD) e evidencia os cálculos dos três índices dos dois anos estudados, podendo assim fazer uma comparação direta entre os municípios.

Tabela 2- Limite global de endividamento (LGE), limite anual de endividamento (LAE) e limite anual do serviço da dívida (LASD) dos anos de 2015 e 2016.

Municípios	Limite global de endividamento (LGE)		Limite anual de endividamento (LAE)		Limite anual do serviço da dívida (LASD)	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Boa Esperança	82.414.590	95.763.795	10.988.612	12.763.795	7.898.064	9.177.363
Campanha	35.907.633	40.128.939	4.787.684	5.350.525	3.441.148	3.845.690
Campo do Meio	26.190.800	29.143.250	3.492.106	3.885.766	2.509.951	2.792.894
Campos Gerais	47.982.497	54.319.064	6.539.766	7.242.541	4.598.322	5.205.576
Carmo da Cachoeira	27.728.482	31.870.046	3.697.130	4.429.339	2.657.312	3.054.212
Coqueiral	18.217.979	19.586.127	2.429.063	2.611.483	1.745.889	1.877.003
Guapé	35.632.945	36.153.217	4.751.055	4.820.428	3.414.823	3.464.683
Monsenhor Paulo	20.525.391	22.000.904	2.736.718	2.933.453	1.967.016	2.108.420
São Bento Abade	14.135.826	15.166.880	1.884.776	2.022.250	1.354.683	1.453.492
São Thomé das Letras	14.679.682	17.162.878	1.957.290	2.288.383	1.406.802	1.644.775
Três Corações	159.082.861	161.709.827	21.211.048	21.561.310	15.245.440	15.497.191
Três Pontas	125.878.345	139.368.110	16.783.779	18.582.414	12.063.341	13.356.100
Varginha	347.375.025	369.834.921	46.375.336	49.331.322	33.332.273	35.442.513

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados FINBRA (2018).

Segundo Lima e Diniz (2016), o limite legal de endividamento refere-se a teto estabelecido por lei com a finalidade de restringir o uso excessivo de capital de terceiros para o financiamento das ações públicas que venham a prejudicar a condição financeira do ente governamental. Desse modo, o limite legal constitui a capacidade legal de endividamento. A tabela três evidencia a parte descritiva, dos, mostrando assim os dados obtidos de mínimo, máximo, média e desvio padrão do ano de 2015 e 2016.

Tabela 3 - Estatística descritiva referente aos dados de 2015 e 2016.

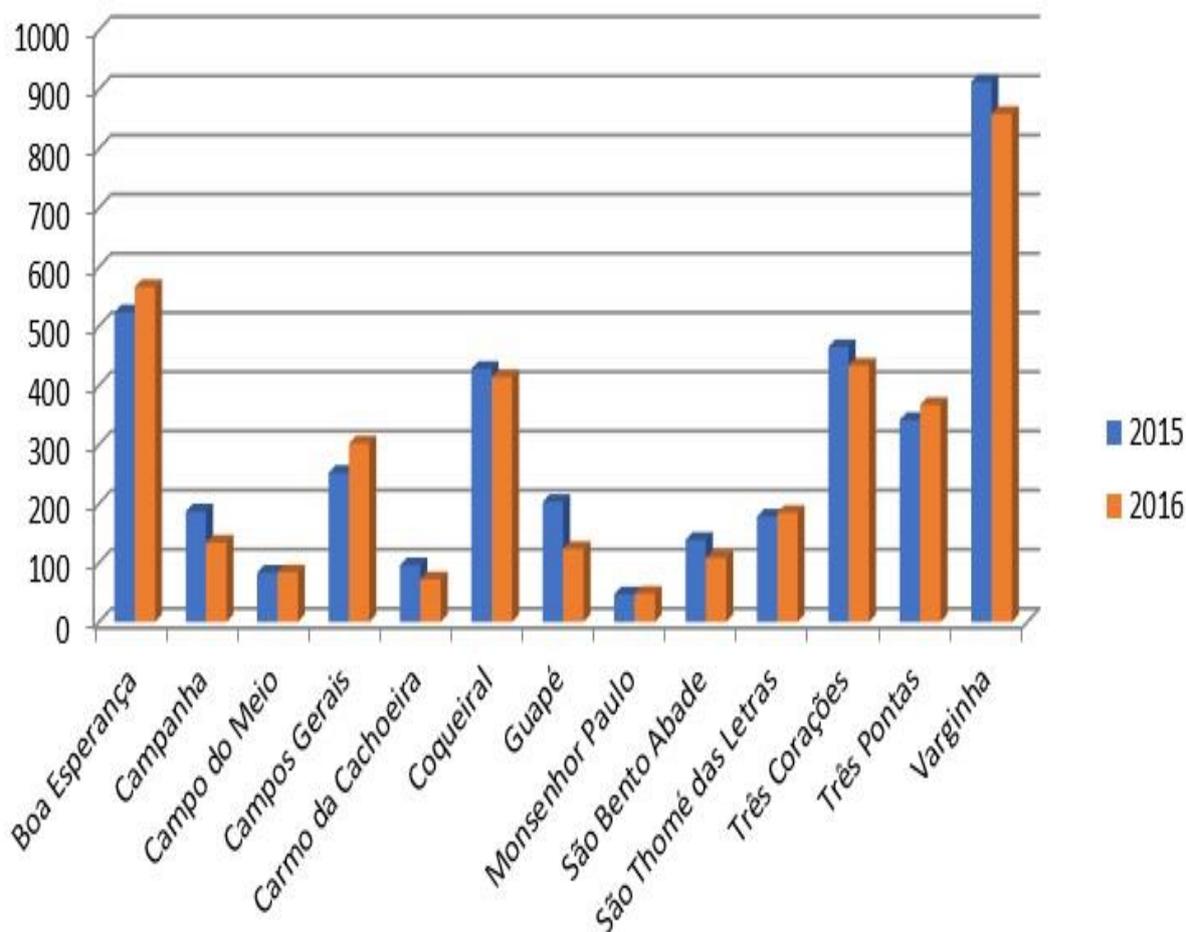
Indicadores	Mínimo		Máximo		Média		Desvio Padrão	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Representatividade da dívida	0,002	0,002	0,044	0,048	0,023	0,0232	0,014	0,0147
Cobertura da Dívida (RCL)	0,004	0,002	0,051	0,054	0,027	0,0246	0,0163	0,0157
Limite G. Endividam. (LGE)	14.135.826	15.166.880	347.815.025	369.834.921	73.553.235	79.400.612	90.330.105	95.550.791
Limite Anual Endividam. (LAE)	1.884.776	2.022.250	46.375.336	49.311.322	9.807.097	13.276.894	12.044.014	14.597.934
Limite Anual Serv. Dívida (LASD)	1.354.683	1.453.492	33.332.273	35.442.513	7.048.851	7.609.224	8.656.635	9.156.950
Limite D. Flutuante (LDF)	-346.736	-685.145	7.760.816	10.153.071	2.211.016	2.465.377	2.246.195	3.138.451
Margem L. do Endividam. (MLE)	14.988.361	15.858.602	231.529.680	265.470.742	59.406.245	66.345.066	60.942.647	69.492.915
Margem L. Endivid. (MLE%)	0,67	0,72	1,12	1,12	0,93	0,93	0,12	0,105
Margem do Serv. Dívida (MGSD)	8.533.803	1.087.805	24.308.984	25.458.433	5.022.871	5.551.662	6.142.139	6.463.886
Dívida per capita	46,84	47,77	912,82	858,46	296,55	284,16	230,14	229,65
Juros per capita	0	0	24,77	33,23	7,736	8,5884	7,470	10
Serviços da dívida per capita	0,88	4,03	87,1	107,34	51,48	49,80	28,68	31,13
Peso Relativo Dívida	0,002	0,0002	0,032	0,032	0,016	0,0152	0,008	0,0098
Cobertura da dívida	0,137	0,162	86,412	72,238	11,865	7,4898	23,472	18,7627
Grau de Endivid	0,045	0,022	0,416	0,371	0,175	0,1437	0,108	0,1104

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados FINBRA (2018).

Um dos indicadores que foram usados para enriquecer a pesquisa, evidencia o resultado do indicador da dívida per capita. Foi analisada a dívida per capita pela média dos dois anos pesquisados. A média da dívida per capita dos municípios ficou em 296,55 para o ano de 2015 e 284,16 para o ano de 2016, para cada habitante nesse mesmo período, porém no ano de 2015 cinco municípios ganharam destaque, sendo eles o município de Coqueiral que tem apenas 9.446 habitantes e teve uma média de 420,80 para cada habitante, Varginha que é a maior cidade ficou com a maior média da dívida per capita e foi de R\$ 885,64 por habitante, Boa Esperança teve um média de 544,74 para cada habitante, Três Corações com média de 448,98 para cada habitante e Três Pontas com média de 354,12 por cada habitante.

Os restantes dos municípios ficaram abaixo da média dos anos de 2015 e 2016. Com base nesses dados, fica evidenciado que os municípios menores tendem a ter uma dívida per capita menor. O Gráfico 1 mostra a dívida per capita dos municípios de 2015-2016, evidenciando as diferenças de alguns municípios.

Gráfico 1 - Dívida Per Capita dos municípios de 2015 - 2016.



Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados analisados (2018).

O indicador cobertura da dívida mostra a relação entre a dívida consolidada do governo e o resultado primário. Esse indicador mostrou que os municípios estão com o prazo médio de cinco anos para o pagamento da dívida. Apenas Varginha apresentou um prazo médio distante, no ano de 2015. Seu resultado foi 14,69 anos para pagamento da sua dívida. Evidencia-se que os demais municípios, que são menores, dispõem de melhores condições de tempo de quitação da dívida, pois o prazo médio apurado é menor.

Analisando os dados dos municípios de Boa Esperança, Campanha, Campos Gerais, Monsenhor Paulo, Três Corações, Três Pontas e Varginha, verifica-se que a dívida desses municípios tem diminuído ao longo dos anos analisados, visto que as amortizações têm sido maiores que as novas operações de crédito contraídas. Conduto, em direção contrária, encontra-se os municípios de Carmo da Cachoeira e

Coqueiral onde as operações de crédito contraídas foram maiores que as amortizações.

No item grau de endividamento, que determina a quantidade de vezes em que a entidade poderá utilizar a fonte de recursos, a pesquisa mostrou que todos os municípios tiveram resultados dentro do esperado, evidenciando que não teriam restrições no futuro para novas necessidades de endividamento. Neste sentido, quanto maior for o grau de endividamento, mais anos serão necessários para amortizar a dívida, aumentando as restrições em que a entidade terá futuramente conforme o aparecimento de novas necessidades de endividamento.

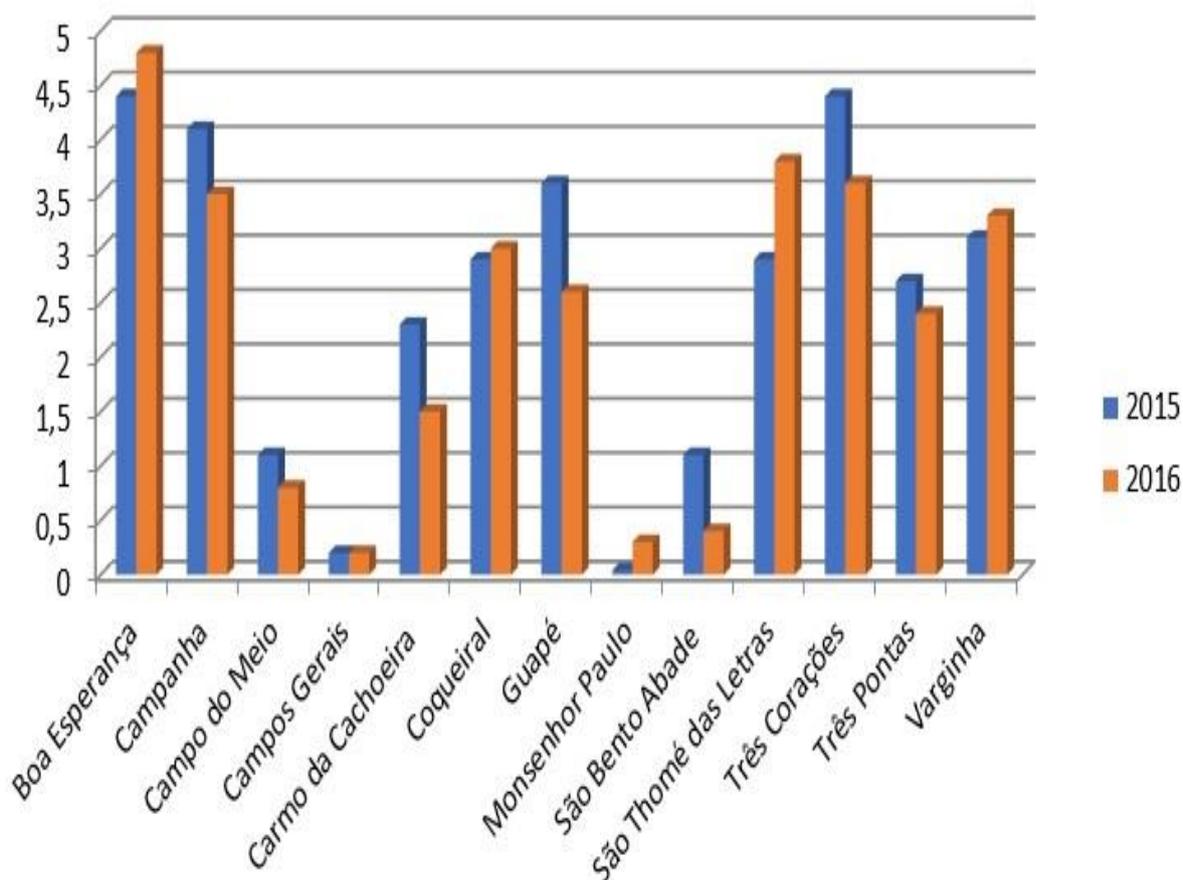
O indicador Peso Relativo da dívida, como já explicado na tabela 1, refere-se o quanto o governo tem de recursos analisando a renda da população para liquidar a dívida. Assim, evidenciou-se que houve um aumento da população e também um aumento no valor do PIB de 2016, causando uma pequena redução nos resultados deste indicador.

A Representatividade do Serviço da Dívida mostra a participação dos juros e amortizações da dívida em relação ao volume total de gasto. Nessa análise, a cidade que teve a maior média foi Boa Esperança com 4,6%, e a cidade que teve a menor média foi Monsenhor Paulo com 0,2%. Nesse item todos os municípios ficaram abaixo de 5%. Conforme Lima e Diniz (2016) quando o índice de Representatividade do Serviço da Dívida fica abaixo desse percentual denota que a entidade tem maior flexibilidade política e financeira para realizar ajustes de gastos durante uma crise financeira.

Os valores do indicador Serviço da dívida per capita, demonstram também redução em seus resultados. Como este indicador reflete ao mesmo sentido da dívida per capita, alguns municípios tiveram resultados positivos, sendo eles: Varginha, Boa Esperança, Campanha, Coqueiral, Monsenhor Paulo e São Thomé das Letras, o restante dos municípios tiveram uma pequena queda nesse índice, evidenciando que alguns deles precisam melhorar mais seus índices.

O Gráfico 2 evidencia a evolução do serviço da dívida nos municípios, no período analisado. Os resultados favoráveis alcançados pelos municípios mostram um equilíbrio na capacidade de endividamento e de pagamento, como também o cumprimento de todos os limites de endividamento instituídos pela LRF: limite global de endividamento (LGE) e limite anual do serviço da dívida (LASD). Desse modo, conclui-se que os municípios pesquisados possuem capacidade de endividamento, pois as médias dos dois anos levantados das margens de endividamento global dos municípios foram respectivamente: Boa Esperança 75,25%, Campanha 98,85%, Campo do Meio 97,5%, Campos Gerais 88,65%, Carmo da Cachoeira 104,75%, Coqueiral 93,80%, Guapé 94,95%, Monsenhor Paulo 99,05%, São Thomé das Letras 97,25%, São Bento Abade 111,50%, Três Pontas 91,95%, Três Corações 83,40%, e por último Varginha que teve o valor mais baixo entre as cidades 69,10%.

Figura 2 - Representatividade do Serviço da dívida de 2015-2016.

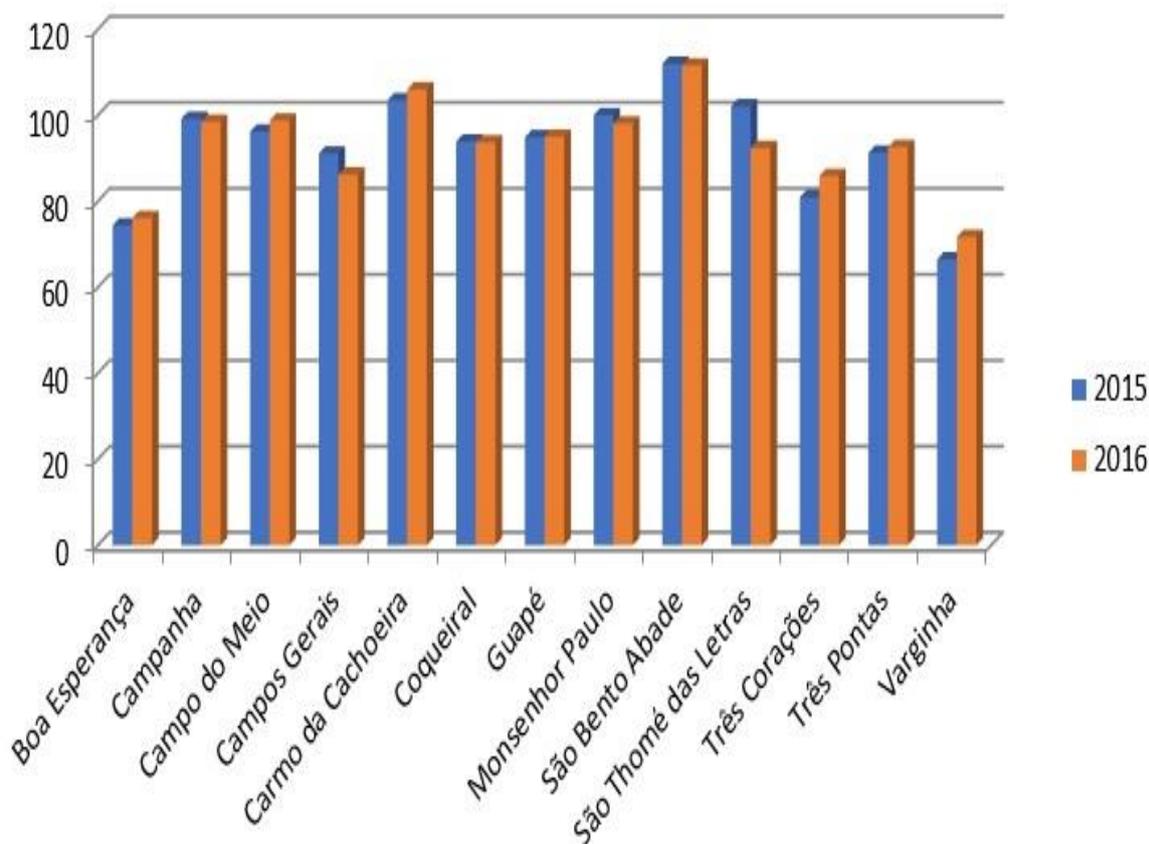


Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

A margem legal de endividamento representa quanto a entidade ainda pode contrair de endividamento. Assim, o resultado sinaliza uma maior facilidade para conseguir financiamentos, posto que quase todos os municípios tiveram essa margem alta. Varginha, apesar de ser o maior município da amostra, apresentou índice menor do que todas as cidades pesquisadas.

O gráfico 3 mostra a evolução da margem legal do endividamento para o ano de 2015-2016, mostrando os percentuais que cada cidade obteve.

Gráfico 3 - Margem Legal do Endividamento de 2015-2016.



Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Em relação à margem do serviço da dívida que representa quanto, em termos absolutos, os municípios podem pagar de juros e amortizações, os resultados variam de acordo com o RCL, já que o limite legal é de 11,5% da RCL. Assim os valores variaram porque as RCL dos municípios são diferentes. Desse modo algumas cidades têm alguns valores maiores que outros.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo analisar a dívida dos municípios da microrregião de Varginha/MG. Para isso, foram coletados dados nas bases de dados do FINBRA e do IBGE, compreendendo o período de 2015 a 2016, esses dados foram analisados e submetidos aos indicadores escolhidos, com objetivo de analisar o comportamento do endividamento público.

Na análise da representatividade do serviço da dívida, evidenciou que todos os municípios ficaram abaixo de 5%. Esse indicador diz respeito à, mostra a participação dos juros e amortizações da dívida em relação ao volume total de gasto. Conforme Lima e Diniz (2016), ficando abaixo desse valor denota que a entidade tem maior flexibilidade em sua política de caixa para realizar ajustes de gastos durante uma crise

financeira.

Os resultados favoráveis alcançados pelos municípios mostram um equilíbrio na capacidade de endividamento e de pagamento, como também o cumprimento de todos os limites de endividamento instituídos pela LRF: limite global de endividamento (LGE) e limite anual do serviço da dívida (LASD). Desse modo conclui-se que os municípios analisados possuem capacidade de endividamento.

Os resultados evidenciaram que os municípios menores tendem a ter o grau de endividamento menor. Nesse indicador a pesquisa mostrou que todos os municípios tiveram resultados dentro do esperado, evidenciando que não teriam restrições no futuro para novas necessidades de endividamento. Em relação ao indicador dívida per capita, a pesquisa mostrou que os municípios maiores têm a dívida per capita maior, A média da dívida per capita dos municípios ficou em 296,55 para o ano de 2015 e 284,16 para o ano de 2016. Varginha que é a maior cidade ficou com a maior média da dívida per capita e foi de R\$ 885,64 por habitante.

Por fim pode-se observar que nenhum município da pesquisa possui situação próxima ao limite imposto pelo Senado Federal (1,2 vezes a RCL). Os dados foram obtidos no site da STN e não foram tratados ou ajustados pela pesquisa. Trata-se, portanto, de dados informados pelo próprio Município. O comprometimento da RCL, Receita Corrente Líquida com o serviço da dívida evidenciou também que todos os municípios, em todos os exercícios analisados, não ultrapassaram o limite do Senado Federal, ficando abaixo dos 11,5%. Esta evidência indica que não há comprometimento significativo da RCL dos municípios da amostra com o serviço da dívida pública.

Quanto às limitações da pesquisa, cabe mencionar que estão relacionadas à disponibilidade dos dados, visto que estes são de natureza secundária e até o momento da conclusão do estudo, encontravam-se disponíveis somente 2015 a 2018, porém o ano de 2017 e 2018 faltavam muitos dados. Dessa forma, optou-se por pesquisar os anos de 2015 e 2016. Além disso, os resultados aqui enumerados são referentes à microrregião de Varginha, porém nem todos os municípios possuíam suas informações financeiras, para todas as variáveis divulgadas em bancos de dados. Sendo assim, foram pesquisados treze dos dezesseis municípios da região. Por fim, entende-se que o endividamento público é tema relevante e deve ser estudado em todas as esferas.

Referências

BARRO, R. J. . On the determination of the public debt. *Journal of political Economy*, v.87, n.5, p. 940-971, 1979.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CIDADE BRASIL. Microrregião de Varginha. Disponível em: < <https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-varginha.html>>. Acesso: 02 mar. de 2022.

DA ROSA, Cibely Aparecida et al. Nível de endividamento e características socioeconômicas e políticas dos municípios paranaenses. **Revista de Contabilidade e Gestão Contemporânea UFF**, v. 3, n. 1, p. 63-78, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro Geografia Estatística. **Censos. Inovações e impactos nos sistemas de informações estatísticas e geográficas do Brasil**. Minas Gerais IBGE, 2018

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENDRICK, R. (2004). *Assessing and measuring the fiscal health of local governments: Focus on Chicago suburban municipalities*. *Urban Affairs Review*, 40(1), 78-114.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/varginha/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acesso em: 03 de mar. de 2022.

KLERING, Luis Roque; KRUEL, Alexandra Jochims; STRANZ, Eduardo. Os pequenos municípios do Brasil—uma análise a partir de índices de gestão. **Análise—Revista de Administração da PUCRS**, v. 23, n. 1, p. 31-44, 2012.

LIMA, S. C. de; DINIZ, J. A. **Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental**. São Paulo: Gen, 2016. 576 p.

LIMA, S. C. D. (2011). **Desempenho fiscal da dívida dos grandes municípios brasileiros** (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

MACEDO, J. J. CORBARI, E. C. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis. **Revista Contabilidade e Finanças**. USP, São Paulo, v. 20, n. 51, p. 44-60, set./dez., 2009.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.

MUSGRAVE, R. A. (1973) **Teoria das finanças públicas: um estudo de economia Governamental**. Atlas: São Paulo.

OATES, W. E. (1999). An essay on fiscal federalism. *Journal of economic literature*, 37(3), 1120-1149.

SILVA, Esvânia da. **A percepção dos profissionais contábeis públicos diante da nova contabilidade aplicada ao setor público**. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2015.

STN, Secretaria do Tesouro Nacional. Finanças do Brasil: **dados contábeis dos municípios, ano 2015 e 2016**. Brasília, 2018. Disponível em <http://www.stn.fazenda.gov.br>. Acesso: 18 de dezembro de 2018

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.